

ACTA SEMIOTICA ET LINGVISTICA é uma revista científica que visa ao intercâmbio de docentes e pesquisadores de ciências humanas, interessados no problema da significação e da linguagem verbal e não verbal. Para fins bibliográficos adota-se a sigla ASEL. ACTA SEMIOTICA ET LINGVISTICA é uma publicação semestral da Sociedade Brasileira de Professores de Linguística — SBPL, produzida e comercializada pela Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia — HUCITEC; os artigos deverão ser encaminhados em duas vias, escritos em caracteres latinos, datilografados em espaço duplo, com indicação do autor e da instituição a que pertence, e acompanhados de resumos de aproximadamente duzentas e cinquenta palavras, em inglês e francês. Deverão ser respeitadas as normas de documentação usadas nos artigos deste número. Independentemente de publicação, os originais não serão devolvidos. A revista não se responsabiliza por conceitos e opiniões emitidos em artigos assinados. Material para publicação e pedidos de assinaturas devem ser dirigidos à Secretaria da Revista.

ACTA SEMIOTICA ET LINGVISTICA est une revue scientifique ayant pour but le développement des échanges entre enseignants et chercheurs des sciences humaines, intéressés à l'étude des problèmes de la signification et du langage, verbal et non verbal. Pour les citations, l'abréviation acceptée est ASEL. ACTA SEMIOTICA ET LINGVISTICA apparaît deux fois dans l'année, publié par la Société Brésilienne de Professeurs de Linguistique et par HUCITEC — Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia. Les originaux devront être remis en deux exemplaires, dactylographés en caractères latins, avec indication de l'auteur et de la institution à laquelle il est attaché, suivis de résumés d'environ 250 mots, en français et en anglais. La documentation sera normalisée suivant le modèle des articles publiés dans ce numéro. Qu'ils soient publiés ou non, les originaux ne seront pas rendus. La Revue n'est pas responsable des opinions émises dans les articles signés. Tout matériel pour publications et demandes d'abonnement doivent être envoyés directement au Secrétariat de la Revue.

ACTA SEMIOTICA ET LINGVISTICA is a learned journal whose objective is the exchange of information among professors and researchers in the social sciences interested in the problem of signification and of language, verbal or non-verbal. For bibliographical purposes the journal's abbreviation is ASEL. ACTA SEMIOTICA ET LINGVISTICA is a semesterly publication of the Brazilian Society of Professors of Linguistics — SBPL — in conjunction with publisher HUCITEC — Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia. Articles should be submitted in two copies, written in Latin characters, typed double-spaced, with an indication of the author's full name and academic institution, and accompanied by abstracts of approximately 250 words in English and French. The form of documentation used should correspond to the models published in the articles in this issue. Whether published or not, manuscripts submitted will not be returned. The journal is not responsible for concepts or opinions set forth in signed articles. Material for publication and requests for subscriptions should be sent to the Editorial Secretary.

-2002-
R\$ 10,90

ACTA SEMIOTICA ET LINGVISTICA

*Revista Internacional de Semiótica e Linguística
Révue Internationale de Sémiotique et Linguistique
International Review of Semiotics and Linguistics*

V.2

N.1

1978

INDICE	TABLE DE MATIÈRES	CONTENTS
	<i>O contrato de veridicção</i> – Algirdas Julien Greimas	211
	<i>Lo verbal y su función modelizante</i> – Eduardo Peñuela Cañizal	223
	<i>Illocutionary force representations</i> – Herman Parret	245
	<i>Hacia una definición del concepto de función en el relato</i> – Edward Lopes	257
	<i>Aspectos das relações semântico-sintáticas do léxico da língua portuguesa</i> – Maria Aparecida Barbosa	271
	<i>La circulación de dones en El Señor Presidente de Miguel Angel Asturias</i> – Danuta Teresa Mozejko de Costa	301
	<i>Structuration du signifié: de l'analyses conceptuelle à la lexemisation</i> – Cidmar Teodoro Pais	327
	Recensões / Compte-rendus / Book Reviews	339
	Dissertações e teses / Mémoires et thèses / Thesis Abstracts	345
	Noticiário / Notices / News	371

O contrato de veridicção*

ALGIRDAS JULIEN GREIMAS
*Ecole des Hautes Etudes
en Sciences Sociales de Paris*

RESUMO:

A todo instante, uma comunidade lingüística é levada ao julgamento dos discursos, considerando-os verdadeiros ou falsos, verossímeis ou inverossímeis, exercendo, assim, uma atividade metalingüística ingênua. Preocupado com a aprendizagem da própria realidade e com os condicionamentos sociais e históricos do ato de veridicção, o autor retoma a sua pesquisa, sumamente importante como prévia de outras análises de qualquer discurso. Guiado pela resistência do texto à infinitas leituras, discute a linguagem de conotação e chega à surpreendente conclusão de que os contextos culturais se definem pela linguagem, em lugar de a definirem. Com isso, assume nova importância social, em sentido restrito, e podem compreender-se com mais facilidade as crises científicas, metacientíficas e ideológicas do nosso tempo.

ABSTRACT

A language group is constantly coming to an evaluation of discourses. It considers them true or false, possessing verisimilitude or not, and thus performing a candid metalinguistic activity. The author takes up this research once again, this time concerned with the learning process of reality itself, and with the social and historical factors involved in enunciating the truth. This is very important as a preliminary act for future analyses of any other discourse. Oriented by the resistance of texts to infinite interpretations, the author discusses the language of connotation, and comes to the surprising conclusion that cultural contexts are defined by discourses language, but not vice versa. Thus, the social contract assumes a new importance when it is considered in a restricted sense, and one can more easily understand the scientific, and ideological crises of our time.

* Conferência proferida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em outubro de 1975.

Tradução de C. T. Pais.

I. O VEROSSÍMIL E O VERÍDICO

À primeira vista, parece que se poderia definir o verossímil como uma referência avaliativa que o discurso projeta para fora de si mesmo e que visa a certa realidade, ou antes, a certa concepção da realidade. A utilização do termo verossímil situa-se, por conseguinte, num contexto social caracterizado por determinada atitude a respeito da linguagem e de sua relação com a realidade extralingüística. Vale dizer que esse conceito acha-se necessariamente submetido a certo relativismo cultural, que ele corresponde, geográfica ou historicamente, a tal ou qual área cultural, que é possível circunscrever. Semioticamente, o conceito diz respeito ao fenômeno bastante conhecido da categorização do universo dos discursos, que se efetua graças a lexicalizações classificatórias, dentre as quais as “teorias dos gêneros”, variáveis de uma cultura a outra, de uma época a outra, constituem o melhor exemplo.

Mais que isso, um mesmo contexto cultural não somente admite a existência de discursos não-verossímeis – isso é normal e provém da lógica natural implícita – e de discursos que não são nem verossímeis nem inverossímeis – discursos científicos, por exemplo – como também considera que o julgamento do caráter de verossimilhança do discurso só pode ser convenientemente formulado pela classe dos adultos e pressupõe, por isso mesmo, certo grau de desenvolvimento da inteligência. Recebi, há muito tempo, a visita de um psicólogo de Montreal, que desejava consultar-me a respeito da aprendizagem da realidade pelas crianças. Estas, assistindo à televisão, não conseguem, ao que parece, distinguir as personagens que existem (realmente) dos seres imaginários, as ações e as histórias (reais) das simples fantasias. Trata-se, pois, de estudar como se realiza, a partir dessas confusões, a aquisição progressiva da realidade, isto é, da visão conforme ao “senso comum”. Assim, o conceito de verossimilhança não é somente o produto cultural de determinada sociedade, sua aquisição exige longa aprendizagem dá que acesso a uma nova “realidade” do mundo, fundamentada sobre uma racionalidade adulta.

Por outro lado, em dado contexto cultural, o critério de verossimilhança aplica-se apenas a certa classe de discursos, cujas fronteiras são bastante difíceis de definir. Desse modo:

a) o critério não é aplicável aos discursos *abstratos* (discursos filosóficos, econômicos, etc.), mas tão-somente aos discursos *figurativos*;

b) o critério também não se aplica aos discursos *normativos* (jurídicos, estéticos, etc.), mas apenas aos discursos *descritivos*;

c) sua aplicação não se limita exclusivamente aos discursos *literários* (considerados como obras de ficção), mas se estende a todo

discurso *narrativo* (“que história inverossímil!” ouve-se frequentemente na conversação cotidiana).

O verossímil não diz respeito, pois, à teoria literária, mas a uma tipologia geral dos discursos: surge com o uma noção representativa de uma “filosofia da linguagem” historicamente fixada.

Levando em conta essas limitações, as análises de G. Genette, que partem, em sua origem, das considerações sobre a “querela do Cid”, me parecem pertinentes: é normal que seja o século XVIII que coloque em relação o discurso que conta os encadeamentos de acontecimentos, com o mundo do senso comum, natural e social, considerado como possuidor de uma racionalidade subjacente

Torna-se necessário um esforço de distanciamento, para recolocar o problema num quadro mais amplo. Basta, para tanto, abandonar a atitude excessivamente eurocêntrica e lançar um olhar sobre as produções “literárias” africanas, para que nos apercebamos que em bom número de sociedades, os discursos etno-literários, em vez de ser avaliados em função do verossímil, o são em função de sua veracidade, que as narrativas orais são classificadas nessa sociedade, por exemplo, em “histórias verdadeiras” e “histórias para rir”: as histórias verdadeiras são, evidentemente, os mitos e as lendas, enquanto as histórias para rir contam apenas simples acontecimentos do cotidiano. O verossímil europeu corresponde, como se vê, ao risível africano; sabe Deus quem tem razão nesta querela que é mais que uma simples querela de palavras.

Mudando de contexto cultural, somos levado a mudar igualmente de problemática: enquanto a noção de verossimilhança está intimamente ligada à concepção do discurso como representação mais ou menos conforme à realidade que se considera que ele represente, o fato de que um discurso possa ser qualificado como “verdadeiro”, independentemente de qualquer referência a outra coisa, não deixa de propor a questão de sua organização interna e das condições de produção de consumo dos discursos verdadeiros. Uma vez que se instala o espaço da reflexão sobre a verificação no interior do próprio discurso, algumas interrogações ingênuas podem surgir para preenchê-lo: em que condições dizemos a verdade? como mentimos? como fazemos para esconder e desvendar os segredos? A esta série indefinida de questões que se colocam todas do ponto de vista do produtor do discurso, correspondem naturalmente outras questões que pode formular seu receptor: em que condições aceitamos como verdadeiros os discursos dos outros? como descobrimos neles as mentiras e as imposturas? quando os assumimos como portadores de verdades profundas, talvez mesmo inefáveis? o próprio problema do verossímil se integra nessa interrogação sobre a veracidade dos discursos:

como procede o enunciador, para apresentar seu discurso, de modo que pareça verdadeiro? segundo quais critérios e quais processos julga-se os discursos dos outros como verossímeis?

O primeiro ensinamento a extrair dessa abordagem ingênua é que o discurso pode ser considerado como o espaço, o lugar frágil em que se inscreve e em que se lêem a verdade e a falsidade, a mentira e o segredo, que esses modos da veridicção resultam da dupla contribuição do enunciador e do enunciatário, que suas diferentes posições fixam-se apenas sob a forma de um equilíbrio mais ou menos estável que provém de um acordo implícito entre os dois actantes da estrutura da comunicação. Designa-se esse entendimento tácito por *contrato de veridicção*.

II. O CONTRATO SOCIAL

Se passamos das interrogações a respeito dos discursos individuais às considerações sobre os discursos sociais, não podemos deixar de evocar, em primeiro lugar o problema das variações de avaliação dos textos, levantado por Y. Lotman: o fato de que certos textos, recebidos como religiosos, ou seja, como verdadeiros na Idade Média, sejam lidos como literários, isto é, como produtos de ficção, vários séculos depois, explica-se, como pretendem alguns, por variações históricas dos contextos sócio-culturais nos quais vão sendo sucessivamente inscritos. Semelhante interpretação supõe que um texto, tomado em si mesmo, é um invariante suscetível de múltiplas leituras, devidas às mudanças extratextuais situadas na instância do enunciatário. Certas experiências recentes – notadamente aquelas realizadas em Bordeaux sob a direção de Robert Escarpit mostram, entretanto, que o número de isotopias de leitura é limitado: uma fábula de La Fontaine, representada por uma companhia de atores, de acordo com cinco interpretações diferentes, só foi aceita por um público, escolhido em cuidadosa amostragem, em três de suas versões; as outras foram julgadas “ilegíveis” (a interpretação inscrita no universo brechtiano, por exemplo, é aceitável, o mesmo não acontecendo com aquela dependente do universo sartriano).

Essa resistência do texto a certas variações ideológicas contextuais e não a outras somente se explica, se aceitarmos que o texto em si possui suas próprias marcas de isotopias de leitura (e, no caso que nos preocupa, suas *marcas de veridicção*), que limitam suas possibilidades. Noutras palavras, a interpretação de Lotman deve ser integrada na teoria das *linguagens de conotação* hjelmsleviana, e o semiótico, em vez de afastar o problema que o embaraça, descarregando-o sobre o historiador, deve esforçar-se por explicá-lo ele próprio.

Contudo, dizer, como fazem alguns, que os textos literários se

definem pelo fato de que comportam a conotação “literariedade” não parece nos aproximar muito da solução; o conceito de conotação surge freqüentemente como uma cômoda etiqueta, aposta a uma “gaveta-de-sapateiro” cheia de questões incômodas. Esquece-se, com muita freqüência, que a conotação não é um simples efeito de sentido secundário, mas que possui sua estrutura de signo e se integra por isso mesmo numa “linguagem” conotativa: as marcas de veridicção inscritas no discurso enunciado devem ser consideradas como constituintes do “significante conotativo” cuja articulação global – e não os elementos particulares, reconhecíveis um a um – dá conta do “significado conotativo”. A “linguagem de conotação” é uma meta-semiótica oblíqua, que se desvia da semiótica que ela conota; contudo sua organização repousa sobre os mesmos postulados semióticos.

Desse modo, somos levado paulatinamente a operar uma inversão da problemática, situando nossa interrogação no contexto da semiótica das culturas. Conhece-se a sugestão de Lotman, segundo a qual as culturas definem-se iam essencialmente, num certo nível de generalidade, pela atitude que adotam em relação aos signos, interpretação que voltamos a encontrar, em seguida, na formulação do conceito de *episteme*, de M. Foucault. Assim, a cultura medieval consideraria os signos como metonímias de uma totalidade espiritual; a cultura “clássica” do século XVIII, como cópias adequadas do mundo natural, etc. Ora, se de acordo com Hjelmslev, se considera o signo como o resultado da semiose que faz a conjunção dos dois planos, da expressão e do conteúdo, e isso, independentemente de suas dimensões sintagmáticas, vê-se que os discursos de que nos ocupamos, são apenas signos complexos, e que as “atitudes” que as culturas adotam em relação a esses signos constituem suas interpretações meta-semióticas conotativas. A inversão da problemática consistirá, pois, em dizer que não são os discursos – religiosos ou literários – que se definem por seus contextos culturais, mas que, ao contrário, são os contextos culturais, isto é, as culturas, que se definem por interpretações conotativas dos discursos.

Isto posto, uma tipologia estrutural das “atitudes” epistêmicas, ou melhor, das interpretações conotativas dos signos-discursos deveria ser possível; ela permitiria dar conta, conforme as necessidades, tanto das variações espaço-temporais dos contextos culturais como das distribuições taxinômicas dos discursos, no interior de determinada cultura. Tal tipologia não existe ainda, infelizmente. Podemos apenas sugerir alguns exemplos que ilustram os diferentes modos de existência dos discursos verdadeiros.

a) O primeiro exemplo que nos vem ao espírito diz respeito à linguagem poética, caracterizada pelo uso particular que faz do seu plano significante. Sem falar das formas extremas do fato poético e

etno-literário particular, comumente chamado “histórias de malandros”. É uma história com duas personagens, o malandro e a vítima, com papéis intercambiáveis: num primeiro episódio, o velhaco engana seu amigo; no segundo, deixa-se enganar, e assim por diante, não havendo nenhum motivo para que a história acabe. Um mesmo ator, astuto, quando se trata de enganar à outrem, surge crédulo e desarmado, diante do discurso do outro: resumo da condição do homem, enganador e enganado, ao mesmo tempo.

IV. A MANIPULAÇÃO DISCURSIVA

Se a verdade não passa de um efeito de sentido, vê-se que essa produção consiste no exercício de um fazer particular, de um *fazer-parecer-verdadeiro*, ou seja, na construção de um discurso cuja função não é o dizer-verdadeiro mas o parecer-verdadeiro. Esse parecer não visa mais, como acontecia no caso da verossimilhança, à adequação ao referente, mas à adesão por parte do destinatário, ao qual ele se dirige e pelo qual deseja ser lido como verdadeiro. A adesão do destinatário, por seu turno, só pode ser conquistada se ela corresponde à sua expectativa: isso significa que a construção do simulacro de verdade é fortemente condicionada, não diretamente pelo universo axiológico do destinador, mas pela representação que dele faz o destinatário, que permanece definitivamente senhor da obra, responsável pelo sucesso ou pelo fracasso do seu discurso.

Assim, pois, o discurso da verdade não funciona mais à maneira antiga, em que a “palavra dada”, o “juramento” prestado eram suficientes para garanti-lo. Dois tipos de manipulação discursiva substituíram essa inocência adâmica, duas formas discursivas rivais e que visam, contudo, ao mesmo objetivo: a adesão do destinatário e, por isso mesmo, o estabelecimento do contrato de veridicção.

O primeiro tipo de manipulação, que diz respeito ao que se poderia chamar a *camuflagem subjetivante*, é muito bem ilustrado pelo discurso laciano que, como o confessa o próprio autor que o defende, deve ser construído de tal maneira que, para ser aceito como verdadeiro, pareça secreto. O discurso que existe apenas para sugerir a existência de um plano analógico que é necessário decifrar, substituto moderno do “discurso em parábolas” de Jesus, é uma das formas da comunicação veridictória assumida.

A essa comunicação hermético-hermenêutica opõe-se o discurso científico – ou que pretende sê-lo –, que diz respeito à *camuflagem objetivante*: para ser aceito como verdadeiro, procura parecer que não é um discurso mas o simples enunciado das relações necessárias entre as coisas, e o faz, apagando, tanto quanto possível, todas as marcas de enunciação e da estrutura da comunicação. Um enunciado como “a terra é redonda” pressupõe,

como bem os sabemos, “eu digo que...”, “eu sei que...”, “estou certo de que... a terra é redonda”; não obstante, todo esse suporte enunciativo que situa o enunciado no quadro de uma ocorrência de comunicação e de uma enunciação única acha-se oculto para deixar transparecer apenas o não-pessoal “é verdadeiro que...”, pelo qual julgamos modalizá-lo com toda a objetividade.

Se, nesse momento, se pode falar de camuflagens *subjetivante e objetivante*, é porque, no primeiro caso, o sujeito da enunciação se afirma como um “eu” (quando... sabemos que o “eu” instalado no discurso não é realmente o “eu” enunciador) que constitui a garantia da verdade cuja comunicação lhe exige a construção de uma “máquina para produzir o efeito do verdadeiro”: é também porque, no segundo caso, o sujeito da enunciação é ou eliminado por construções impessoais ou socializado pela instalação de “nós”, “diz-se”, etc. No primeiro caso, achamo-nos em presença de um sujeito proclamado mas “falso” e de um saber oculto mas “verdadeiro”; no segundo, o saber é proclamado como “verdadeiro” e o sujeito, oculto como “falso”. Dois procedimentos diferentes, até mesmo contraditórios, mas dois *procedimentos* afinal, destinados a produzir o verídico.

Compreende-se porque, na epistemologia de nossos dias, o conceito de *verdade* é cada vez mais freqüentemente substituído pelo de *eficiência*.

V. A VERDADE E A CERTEZA

Se, ao falar da veridicção, empregamos o termo *contrato*, não o fizemos num sentido metafórico qualquer, mas porque a comunicação da verdade repousa sobre a estrutura de intercâmbio que lhe é subjacente. Com efeito, o intercâmbio, a troca mais elementar de dois objetos de valor – uma agulha contra uma carroça de feno, por exemplo – pressupõe o conhecimento do valor dos valores trocados. “o conhecimento do valor” nada mais é que o saber verdadeiro sobre os valores-objetos. Logo, o regatear que precede, recobre e condiciona a operação gestual de troca, apresenta-se como um fazer cognitivo recíproco, isto é, como um *fazer persuasivo* que tem diante de si um *fazer interpretativo* igualmente exigente, e inversamente. Contudo, esses dois discursos cognitivos, que manipulam de maneira diferente, com a ajuda de um saber-fazer apropriado, o saber sobre os valores, constituem apenas as preliminares da troca, que se realiza, apenas, depois da conclusão do contrato. Ora, esse contrato, conquanto se apóie nos resultados do fazer cognitivo, não é, ele próprio de natureza cognitiva, mas, sim, *fiduciária*. Assim como a circulação da moeda em nossas macro-sociedades ou como a circulação da “palavra” nos “clubes de discursos” psicanalíti-

cos, a verdade é objeto de comunicação e necessita de sanção fiduciária.

Na época de manipulação em que vivemos, a distância entre a verdade e a certeza, entre o saber e o crer, é particularmente visível. O esforço crítico que procurou, com relativo sucesso, dismantelar e trazer à luz os procedimentos que permitem a construção de um dizer-verdadeiro, tachando de ideológicos os fundamentos do discurso científico, teve por corolário a expansão dos discursos utópicos, baseados no crer, em estado quase de pureza. A sociedade de incredulidade deixa-se submergir por vagas de credulidade, deixa-se prender por discursos políticos, didáticos, publicitários, e o saber adquirido a respeito das armadilhas do saber é um antídoto absolutamente ineficaz. O grito de dor "credo quia absurdum", que nos vem do fundo da Idade Média, aplica-se bem a esse jogo de malandros e trouxas, de sobre-consciência e inconsciência, com a única diferença que a dor está ausente.

Esse discurso, que toma, às vezes, posturas de moralizador, visa, na realidade, apenas, a estabelecer nitidamente a distinção entre os dois componentes autônomos e os dois níveis superpostos do contrato de verificação: o saber e o crer, a verdade e a certeza, o saber-verdadeiro e o crer-certeza e a mostrar a preeminência dos julgamentos epistêmicos sobre os julgamentos aléticos. Todavia, a certeza, sanção suprema à qual deve submeter-se o discurso verídico, é um conceito inteiramente relativo, e, ao mesmo tempo, coisa frágil. Recentes sondagens, realizadas entre estudantes de uma universidade indiana, relativas à crença no caráter sagrado da vaca, não somente distribuem seus resultados segundo as classes de sexo e origem social, como também procuram mensurá-las em porcentagens de credulidade: tal estudante crê, em vinte e cinco por cento, que a vaca é sagrada, outra estudante leva sua fé até trinta por cento. Esses resultados – cujo caráter numérico nos faz sorrir um pouco – não diferem muito de nossas observações pessoais sobre a crença dos habitantes de Perche a respeito dos curandeiros: temos de constatar que as pessoas não acreditam neles, apesar de acreditarem neles.

Como interpretar esse fenômeno de crer ambíguo, que se apresenta como a coincidência dos contrários, como o termo complexo que reúne a certeza e a improbabilidade, não ser pelo fato de que se liga a dois contextos ideológicos incompatíveis e, finalmente, de duas *epistemes* coexistentes? Contudo, propondo semelhante interpretação, nada mais fazemos que devolver a problemática do crer e do saber à teoria da linguagem segundo a qual as *epistemes* que recobrem as culturas, podem ser definidas e analisadas como *linguagens de conotação*. Entretanto, ao fazê-lo, exercemos, por outro lado, um fazer interpretativo, construtor de *meta-linguagem*, um fazer que manifesta o saber sobre o crer. Tudo

se passa, então, como se a verdade e a certeza, dotadas cada uma de um estatuto semiótico diferente, representassem duas formas irreduzíveis de semiose, cuja coexistência é difícil e inevitável.